

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DAIANE SECCO

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tramandaí

2022

DAIANE SECCO

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de conclusão do curso como requisito para a obtenção do título de graduação em Pedagogia Ead pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Campus Litoral Norte.

Orientador: Dr. Diego Carlos Pereira

Polo: Serafina Corrêa

Tramandaí

2022

Secco, Daiane
A Representatividade Negra na Educação Infantil /
Daiane Secco. -- 2022.
55 f.
Orientadora: Diego Carlos Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandai,
BR-RS, 2022.

1. Educação Infantil . 2. Representatividade . 3.
Publicidade . 4. Educação Antirracista. I. Pereira,
Diego Carlos, orient. II. Título.

DAIANE SECCO

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de conclusão do curso como requisito para a obtenção do título de graduação em Pedagogia Ead pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Campus Litoral Norte.

Data de aprovação: (10, outubro de 2022)

Banca examinadora

Prof. Dr. Diego Carlos Pereira - Orientador

Universidade Federal Fluminense / Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr^a. Andressa Silva da Costa Mutz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr^a. Ana Claudia Ferreira Godinho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças negras que sofrem diariamente com o racismo em diferentes espaços sociais. A todos os professores e pesquisadores que assim como eu acreditam no poder transformador da educação. A todos vocês, que colaboram com a construção da justiça social e de direitos equitativos para todas as pessoas. À minha mãe Inês que me deu a vida, o apoio, o alento e o amor.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por oportunizar um ambiente de ensino, pesquisa e qualificação profissional.

Agradeço aos meus pais pelo amor, incentivo e apoio incondicional que nos momentos de ausência fizeram entender o meu desejo pelo curso de Pedagogia.

Ao meu irmão, Willian que sempre esteve disposto a ajudar nas idas ao polo de Serafina Corrêa.

Ao meu orientador, Diego Carlos Pereira, pelo apoio e empenho na elaboração deste trabalho.

Às professoras Raquel Salcedo e Suelen Assunção Santos que acreditaram no curso de Pedagogia e pelos incansáveis dias de trabalho.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e fora dela.

Às minhas colegas Elisandra Trombini e Carla Kratz pela amizade, por me fazerem felizes a cada viagem para Serafina Corrêa. Obrigado por me ajudarem com problemas pessoais e a compartilhar conhecimentos. Ninguém tem sucesso sozinho e o meu sucesso se deve também a vocês.

Aos alunos do Colégio Estadual Visconde de Bom Retiro, Escola Infantil Pingos e Anjos e Escola Estadual General Bento Gonçalves da Silva, pelos quais deposito toda minha esperança por um mundo melhor.

Aos meus sobrinhos, Isabely, Guilherme e Arthur, a razão da minha vida.

À professora Mônica Regina Assoni e todas as tutoras do curso de Licenciatura em Pedagogia pela dedicação, pela compreensão e carinho que sempre tiveram comigo e com minhas colegas.

Por fim, agradeço todos aqueles que de forma direta ou indireta estiveram presentes na minha formação, o meu muito obrigado.

Todos nós somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade. (bell hooks, 2017, p. 50).

RESUMO

A escola é o lugar por onde perpassam diferentes realidades é também onde muitos problemas da vida adulta começam a emergir. Na educação infantil, a discriminação racial está presentes desde muito cedo e é extremamente prejudicial para a população negra, uma vez que é na infância que se inicia o processo de construção da nossa identidade. Nas escolas privadas é comum utilizar os meios de comunicação para chamar a atenção dos pais e atrair o público infantil. Tendo em vista a centralidade que a mídia ocupa nas escolas, o objetivo deste trabalho é compreender como e se as crianças negras são representadas em cartazes, sites ou publicidade de escolas privadas de educação infantil da cidade de Bento Gonçalves, RS. A abordagem metodológica que adotamos é qualitativa de caráter exploratório e tem como suporte os Estudos Culturais em Educação. Os resultados encontrados mostram que as crianças negras não são representadas como parte integrante da escola, apenas como algo à margem desta. Além disso, percebe-se que o mercado publicitário não considera a população negra como consumidora potencial que segue quase que invisível nas ações publicitárias, gerando consequências profundas sobre os corpos infantis. Por isso, é importante que todos os alunos negros se reconheçam como sujeitos de direito e se vejam representados nas escolas e em ações publicitárias, só assim, será possível lutar contra todas as formas de desigualdades presentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Representatividade. Publicidade. Educação Antirracista.

BLACK REPRESENTATIVENESS IN CHILD EDUCATION

School is the place where different realities pass through, it is also where many problems of adult life begin to emerge. In early childhood education, racial discrimination is present from a very early age and is extremely harmful to the black population, since it is in childhood that the process of building our identity begins. In private schools, it is common to use the media to attract the attention of parents and attract children. In view of the centrality that the media occupies in schools, the objective of this work is to understand how and if black children are represented in posters, websites or advertising of private schools for early childhood education in the city of Bento Gonçalves, RS. The methodological approach we adopted is qualitative and exploratory in nature and is supported by Cultural Studies in Education. The results found show that black children are not represented as an integral part of the school, only as something outside it. In addition, it is clear that the advertising market does not consider the black population as a potential consumer that remains almost invisible in advertising, generating profound consequences on children's bodies. Therefore, it is important that all black students recognize themselves as subjects of law and see themselves represented in schools and in advertising, only then will it be possible to fight against all forms of inequalities present in our society.

Keywords: Child Education. Representativeness. Advertising. Anti-Racist Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Explorando as sensações	41
Figura 2 - Modelo de alunos e professores.....	42
Figura 3 - Oferta de produtos educacionais em escolas privadas.....	45
Figura 4 - Protagonismo negro em ações publicitárias.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nº de imagens de crianças negras em escolas privadas.....	40
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Saeb	Sistema de avaliação da Educação Básica
SMED	Secretaria Municipal de Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1. Raça/ Racismo	20
2.2. Racismo e Educação	24
2.3. Racismo, Propaganda e Educação Privada	30
3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
4.1. A Representação de Crianças Negras nas Escolas de Educação Infantil	39
4.2. Propaganda e Consumo	44
4.3. Ações Publicitárias como Tecnologia de Produção de Sujeitos	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

A escola, a mídia, a igreja e outras tantas instâncias e instituições sociais exercem cotidianamente uma tarefa educativa, instrutiva e informativa. Elas socializam modos de ser e estar no mundo, constroem discursos, produzem significados e sujeitos. É no período de escolarização, em especial na educação infantil, que as crianças estão construindo e afirmando sua identidade. Na educação infantil, estudos realizados por Cavalleiro (1998), Nunes (2021) e Silva (2015) demonstram que as crianças negras sofrem racismo das mais variadas formas e já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem.

Desse modo, a infância não se configura como uma concepção uniforme, universal resguardada dos preconceitos existentes na sociedade. A identidade não é construída no isolamento, as crianças são sujeitos que se constituem no interior de experiências específicas, pois além de leitoras de imagens, gestos e palavras, são também produtoras e reprodutoras das experiências culturais vividas. Como sujeitos sociais e históricos elas “fazem parte de um grupo social, nascido no interior de uma classe, de uma etnia, onde os costumes, valores, hábitos, práticas sociais e experiências interferem em suas ações e significados que lhes são dados” (ALCANFOR; BASSO, 2019, p.11). Assim, as instituições de educação infantil não estão imunes ao racismo interpessoal e institucional. Pelo contrário, a escola pode atuar tanto como agente transformador da desigualdade racial como pode legitimar e difundir o preconceito.

Na escola, a difusão do preconceito pode ocorrer por meio de atitudes recheadas de discriminação, preconceito racial traduzidas através dos discursos, do currículo, das práticas pedagógicas, da estrutura escolar, da decoração e da linguagem visual que acabam massificando a representação positiva dos brancos frente aos papéis negativos e subalternos relegados aos negros. Tais práticas tornam-se um importante instrumento de poder e saber responsável pela manutenção da identidade dominante. Assim, a ausência de representatividade negra nas linguagens escolares produz nas crianças o sentimento de não pertencimento impactando diretamente na

construção de sua autoestima, pois percebem que nesses espaços não há nenhuma imagem em que elas possam se ver e se ter como referência, causando danos profundos no processo de construção da sua identidade.

A escola enquanto componente de uma sociedade racista, reproduz e legitima práticas discriminatórias, tais práticas fazem parte de uma mentalidade elitista que acredita que o acesso à boa educação é um privilégio de uma minoria. Em escolas privadas de educação infantil tais práticas são acentuadas nos meios de comunicação onde os alunos acabam sendo representados por um padrão único. As ações publicitárias¹ não só excluem as crianças negras, como também formam sua conduta e a maneira como elas se posicionam e entendem o mundo em que vivem.

Por isso, a pesquisa será guiada pela seguinte questão: Como são representadas crianças negras na Educação Infantil em ações publicitárias de escolas privadas? Sendo a educação uma prática social os objetivos específicos buscam compreender como podemos pensar a relação entre educação, desigualdade social e o lugar do negro? Quais são os modelos de escola, aluno, família que as imagens representam? De que forma as imagens da mídia colaboram para a construção da identidade negra? Como são representados os discursos e as imagens propagadas pela mídia em relação à educação infantil nos canais de comunicação das escolas pesquisadas?

A população considerada afro-brasileira corresponde a 54,7% da população brasileira, segundo levantamento realizado em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de representar mais da metade da população brasileira, na publicidade nacional a imagem dos afrodescendentes é desproporcional em relação ao percentual da população negra do país. Visando garantir a diversidade em toda cadeia produtiva o Estatuto da Igualdade Racial defende a mesma visibilidade entre brancos e negros nos meios de comunicação.

¹ Adotaremos neste trabalho o termo publicidade para se referir as peças publicitárias das escolas privadas do município de Bento Gonçalves, uma vez que, publicidade está ligado a noção de lucro e tem por objetivo utilizar canais de entretenimento para tornar público um produto diferente da noção de propaganda que tem por objetivo informar ou refletir.

Entretanto, nas escolas a cultura midiática pouco representa as crianças negras e tem contribuído para a manutenção e reprodução das convenções sociais. Sabe-se que a escola é lugar que colabora com a construção da identidade em todos os aspectos emocionais, cognitivos e sociais. É na relação do eu e do outro que a criança observa semelhanças ou diferenças, incorpora afetos e desafetos. Portanto, não há dúvidas do impacto da educação infantil sobre a formação de valores e atitudes de nossas crianças. Dessa forma, a falta de representatividade na educação infantil, vai dando a todos a ideia de que é natural ou normal não ter crianças negras representadas em ações publicitárias, murais, livros e brinquedos.

A exclusão do negro em ações publicitárias decorrem não só do racismo que marca a história da publicidade e da reprodução de estereótipos sobre a etnia negra, mas também de um pensamento que distância a imagem do negro ao consumidor de alto padrão. Como resultado, existe no imaginário dos empresários brasileiros, que os negros não teriam condições de pagar por escolas particulares. Assim, o presente estudo lança luz para a importância que as crianças se vejam representadas e se reconheçam de forma positiva em todos os espaços da escola, incluindo as ações publicitárias.

O apagamento das crianças negras em cartazes publicitários de escolas privadas é uma extensão do que se vê nos locais entendidos como de prestígio social e tendem a internalizar o racismo, reproduzindo e reforçando o apagamento social dessas crianças. Portanto, este trabalho se justifica pela importância de refletir sobre o papel das campanhas publicitárias na manutenção da desigualdade étnica evidenciando a necessidade de representatividade da população negra. A escola desempenha um importante papel no desenvolvimento do ser humano, principalmente, nos primeiros anos de vida, por isso, é tão importante que elas se vejam, procurem por referência de igualdade e se sintam pertencentes àquele espaço.

Além disso, ainda são reduzidos os números de trabalhos que relacionam a temática da educação infantil ao contexto das relações raciais e de combate ao racismo. Esse silenciamento sobre a educação de crianças pequenas, são o reflexo do intenso desconhecimento dos pesquisadores sobre as relações que se constroem nas

escolas de educação infantil. O principal foco das pesquisas e estudos sobre relações raciais na infância são as interações interpessoais ou a representatividade negra na literatura, pouca atenção tem sido dada à análise das mídias, que atuam ora em seu próprio nome, ora como instrumento de reprodução social.

A escola é o lugar por onde perpassam diferentes realidades é também onde muitos problemas da vida adulta começam a emergir. Na educação infantil, por exemplo, o racismo e a discriminação racial estão presentes desde muito cedo e são extremamente prejudiciais para a população negra, uma vez que é na infância que se inicia o processo de construção da nossa identidade. Os modos de constituir os sujeitos são sempre modificados pela cultura das instituições, do Estado, da Ciência e da mídia (sobretudo, as imagens) em um complexo conjunto de estratégias de poder e saber. Como estratégia de poder e saber, Rosa Fischer (2012), chama atenção para a importância que a mídia têm assumido no processo de constituição dos sujeitos e nos modos de ser de homens e mulheres na contemporaneidade. A mídia estaria se constituindo como uma instância pedagógica que além de comunicar e informar também constrói discursos, produz significados e sujeitos dentro de um cenário social e político específico.

Tendo em vista a centralidade que a mídia ocupa na educação contemporânea, escolhi investigar as ações publicitárias de escolas privadas do município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul (RS), e compreender como e se as crianças negras são representadas em cartazes, sites ou redes sociais. Para o *corpus* de pesquisa entendo os discursos da mídia como produto e produtora do cotidiano que traz uma história, narra, simboliza, expressa, persuade, normatiza, pontua e educa.

É disso que pretendo tratar aqui das diferentes formas criadas, reproduzidas, repetidas pela mídia em ações publicitárias de escolas privadas de educação infantil que constituem de certa "forma comportamentos, atitudes bem como forma de existência dos corpos sociais e individuais, e algumas verdades que passam a ser nossas verdades, a verdade de cada um" (FISCHER, 2012, p. 119). Enfim, trata-se de compreender através das imagens aquilo que sustenta a existência do preconceito e

da discriminação étnica dentro da escola de forma geral e na educação infantil de forma particular.

Ao trabalhar com imagem considero-as como uma linguagem, um registro, uma comunicação sem palavras, mas repleta de ideias, produto e produtora de identidades que dizem muito de um contexto, época ou região. As imagens não são uma simples prova de um acontecimento, elas capturam forças que não são visíveis e lançam-nos para além daquilo que ela suscita. Para Schwengber (2012) a imagem,

não é apenas um conjunto composto por linhas, cores, luzes ou sombras; não é apenas uma questão de forma, um pensamento plástico; ela existe como um pensamento político, histórico, cultural. Assim, a leitura de uma imagem exige um esforço de reconhecimento que, de alguma forma, depende dos modos de expressão e compreensão de cada época e lugar, ou seja, cada imagem conta a sua história. As imagens podem ser um recurso produtivo que reafirma, amplia e/ou fixa os enunciados escritos ou atuam como outro texto. Considerei, inclusive, que elas podem se constituir, também, num texto que perturba o texto escrito, sendo capazes de iluminar outros sentidos (SCHWENGBER, 2012. p. 266).

Nesse quadro, a abordagem metodológica que adotamos é qualitativa de caráter exploratório, isso porque, mais do que testar hipóteses ou estudar aspectos mensuráveis, estamos empenhados em descrever em detalhes o objeto de investigação nos procedimentos e interações cotidianas. Ou seja, ao longo da pesquisa não estamos preocupados com os resultados ou produtos, mas com o processo (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). A pesquisa exploratória justifica-se, pois trata-se de uma abordagem flexível que permite considerar os mais variados aspectos relativos aos fatos estudados (GIL, 2002). Portanto, a pesquisa envolverá: (a) levantamento bibliográfico; (b) delimitação do assunto; (c) coleta de dados em sites e redes sociais; (d) categorização dos dados; e (e) análise dos resultados.

A coleta de dados se dará através de pesquisa eletrônica disponibilizadas em home page de escolas particulares da região. O período de coleta de dados aconteceu entre os meses de março e agosto de 2022. Ou seja, através das imagens publicitárias e seus enunciados em escolas de educação infantil privadas será analisada a representatividade negra. Por se tratar de um estudo exploratório que utilizará apenas dados do domínio público, a pesquisa não necessitará de aprovação do Comitê de

Ética. Após a coleta de dados, as informações serão arquivadas para em seguida realizar o procedimento analítico.

Para análise dos dados o procedimento adotado tem como suporte os Estudos Culturais em Educação que opera com o conceito de pedagogias culturais. Sob a ótica dos Estudos Culturais, o conhecimento não se limita aos espaços educacionais, outras instâncias culturais também são pedagógicas, ensinam, criam, instituem e inventam alguma coisa. Baseados nos estudos realizados por Costa e Andrade (2015), os resultado das análises foram categorizadas em três modos de operação das pedagogias culturais: a) a representação de modos de ser sujeito; b) acionamento do complexo mercantil midiático; c) acionamento de técnicas de cuidados de si.

Como hipótese, acredita-se que as crianças negras são minoria dentre os sujeitos representados nas postagens de escolas privadas, em contraposição à composição de maioria negra da população brasileira. A educação é uma dimensão importante de combate ao racismo, logo é importante que se desenvolvam práticas pedagógicas promotoras de igualdade entre as crianças pequenas. Entretanto, as práticas pedagógicas por si só não garantem uma educação igualitária se não vierem acompanhadas por atitudes exemplares desempenhadas pelos professores, gestores, funcionários e comunidade do entorno das instituições de educação infantil. Dessa forma, falar de representatividade, torna-se fundamental para a constituição de uma sociedade melhor. Discutir a construção identitária de crianças negras torna não só adultos sensíveis esteticamente, como também pessoas éticas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando como objeto de estudo a representatividade negra na educação infantil, o aporte teórico que sustenta essa pesquisa está delimitado em três tópicos. No primeiro tópico buscou-se entender como a ideia de raça serviu para classificar e hierarquizar os seres humanos entre civilizados e selvagens. Neste eixo, destaca-se o conceito de raça como tecnologia de poder e sua influência sobre teorias racistas e políticas públicas.

No tópico seguinte faço um breve atravessamento histórico para compreender quais os mecanismos criados pelo Estado que impediram ou dificultaram o acesso escolar da população negra. Entende-se que o processo de exclusão foi sendo construído ao longo da história tornando-se estruturante das desigualdades a que está submetida a população negra. No terceiro tópico, abordamos o poder simbólico da mídia e a inexpressiva participação dos sujeitos negros nas propagandas e comunicações midiáticas. Embora a participação do setor privado na educação infantil seja expressiva, nos deparamos com pouca representatividade negra nesses espaços.

2.1. Raça/ Racismo

O termo raça tem sua origem atrelada a palavra italiana *razza*, que por sua vez deriva da palavra em latim *ratio* que significa categoria ou espécie. Seu significado esteve primeiramente ligado ao ato de estabelecer classificações entre plantas e animais e, mais tarde, entre os seres humanos. Para pesquisadores como Almeida (2020); Munanga (2003) e Gomes (2005), o termo raça não é estático, “na realidade, são construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico” (GOMES, 2005, p.11). Trata-se, pois, de uma construção política e econômica das sociedades contemporâneas.

Para falar de como a ideia de raça ganha relevância no processo de classificação e hierarquização dos grupos humanos, precisamos fazer um breve atravessamento histórico e compreender como o moderno ideário filosófico transformaria o europeu no homem universal. Foi a partir do conceito de superioridade biológica e superioridade cultural que a civilização branca europeia se consolidaria como padrão enquanto todos os povos e culturas não condizentes com os sistema europeu estariam classificados como raças inferiores.

Em meados do século XV a XVI com expansão econômica mercantilista, a descoberta do novo mundo e o encontro da civilização europeia com os índios americanos, os negros africanos e os asiáticos, surgiu a necessidade de classificar a humanidade. A transposição do conceito de raças puras da botânica e da zoologia serviu nesse período como "uma tecnologia do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania" (ALMEIDA, 2020, p. 28) e como consequência para classificar os seres humanos como civilizados e selvagens.

Já entre os séculos XVI ao XVIII a classificação da humanidade ficou a cargo da teologia. De acordo com a visão teológica, "pensava-se na humanidade como um gradiente que iria do mais perfeito – mais próximo do Éden – ao menos perfeito – mediante a degeneração" (SCHUCMAN, 2012, p. 31). Assim, os selvagens tornaram-se modelo de degeneração, pois eram inferiores no que se refere à moral, à cultura, à beleza e à inteligência.

A partir do século XVIII o iluminismo tornou-se o fundamento filosófico e iniciaria um processo de contestação do monopólio do conhecimento concentrados nas mãos da igreja e dos príncipes. Fundamentados na razão e na história cumulativa e linear, esses filósofos lançam mão do conceito de raça já existente nas ciências naturais para nomear os recém descobertos como raças diferentes. Essas diferenças eram observadas tanto culturalmente como fenotipicamente. Assim, a cor da pele foi considerada como critério de classificação. Já no século XIX o espírito positivista transformou as indagações sobre as diferenças humanas em indagações científicas. Nesta época o determinismo biológico, as condições climáticas, ambientais e as

características morfológicas como forma do nariz, lábios, crânio e queixo reforçariam as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças. Este tipo de pensamento identificado como racismo científico e racismo cultural justificaria mais tarde o imperialismo e a divisão da África através do discurso da inferioridade dos povos colonizados. Esse tipo de pensamento determinava que a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência.

No Brasil, as teorias raciais europeias, do século XIX, se transformaram em políticas estatais de branqueamento com o desdobramento da Lei de acesso à Terra e a Lei de Imigração. Assim, o trabalho dos imigrantes europeus foi preterido em detrimento ao trabalho dos negros e indígenas. Além disso, no final do século XIX o conceito de raça vincula-se à ideia de mestiçagem servindo como uma alternativa para a consolidação do padrão branco. Os principais representantes dessas ideias foram os intelectuais João Baptista de Lacerda, Sílvio Romero e Oliveira Viana. Dessa forma, acreditava-se que com a entrada dos imigrantes europeus aos poucos a população brasileira iria se embranquecer e paulatinamente levaria o desaparecimento dos negros e mestiços.

Por outro lado, a partir da teoria da degeneração, acreditava-se que a raça branca se tornaria fraca ou infértil, pois a união de um branco com um negro geraria um mulato. Do espanhol, mulato é uma palavra diminutiva do termo *mulo* que nada mais é do que a cria estéril do cruzamento de égua com jumento. A ideia de purificação da população tornou-se uma tecnologia de poder que permitiu por um lado, a manutenção da vida de alguns e por outro a morte, a segregação e a exclusão de outros.

Assim, as teorias científicas em torno do conceito de raça do século XIX e a sistematização de ideias e valores construídos pela civilização europeia a partir do século XVI levaram à construção ideológica do racismo. Para Sílvio de Almeida (2020, p. 32) "o racismo é uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes

que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem". Ainda segundo o autor o racismo,

não se trata apenas de um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que as condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre os grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas - bairros, guetos, bantustões, periferias, etc. - e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos - como escolas e hospitais - como frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais (ALMEIDA, 2020, p.34).

Segundo Nilma Lino Gomes (2005) o racismo pode se manifestar tanto através de aversão e ódio em relação às pessoas que possuem pertencimento racial observáveis tais como: cor da pele ou tipo de cabelo, como através de um conjunto de ideias ou imagens sobre determinados grupos. Kabengele Munanga (2003) compreende o racismo como uma crença entre a existência das raças naturalmente hierarquizadas. Para o autor, o racismo "é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um grupo, são consequências direta de suas características físicas e biológicas (Ibid, p. 8)". Isso quer dizer que, a partir dos caracteres biológicos, se justificaria o comportamento dos indivíduos. Para Sílvia de Almeida (2020) o racismo se expressa em três formas interligadas: o racismo individual, o racismo institucional e o racismo estrutural.

Na forma individual, o racismo se manifesta por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos. Sob essa ótica, Almeida (2020) pontua que tal concepção exclui a sociedade e as instituições ao passo que atribui atos de violência ou agressões apenas como uma manifestação pessoal. Segundo o autor, essa concepção entende o racismo "como uma espécie de 'patologia' ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou ainda, seria o racismo uma 'irracionalidade' a ser combatida" (ALMEIDA, 2020, p. 36). Já o racismo institucional, trata-se de práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas por instituições. Dessa forma, as instituições atuam oferecendo desvantagens ou privilégios com base na raça.

[...] os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2020, p. 40).

Para que as instituições atuem conforme os interesses dos grupos dominantes, o poder torna-se o elemento central. Assim, as instituições vão utilizar o poder para contemplar as demandas e os interesses dos grupos que estão no controle através de projetos políticos e socioeconômicos. Para os grupos minoritários o rebaixamento das condições de vida, educação, saúde, moradia e qualificação profissional colocam a população negra em um ciclo de desvantagem que impede a ascensão social e os mantém na base da hierarquia social. Desse modo, as instituições atuam para reproduzir as condições para a manutenção da ordem social.

Por fim, a concepção estrutural considera que o racismo é uma decorrência da própria estrutura social. O racismo é parte das relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares de tal forma que criam as condições sociais para que determinados grupos sejam discriminados de forma sistemática. Neste caso, as instituições atuam contra o negro, pois estão condicionadas pelas estruturas sociais. Ou seja, o racismo não é criado pelas instituições, mas sim reproduzido por elas. Isso quer dizer que as instituições são racistas porque a sociedade é racista. Logo, o racismo permeia todas as áreas da vida da população negra de forma normal ou natural entre as relações sociais. Sílvia de Almeida (2020) explica que tanto ser branco como ser negro são construções sociais. E finaliza dizendo que se o privilégio faz alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias históricas-culturais que fazem alguém negro.

2.2. Racismo e Educação

A educação dos negros no Brasil é marcada por um série de mecanismos que impediram e/ou dificultaram o acesso ao ensino. O primeiro registro sobre a educação

dos negros escravizados e indígenas ocorreu com o advento da Reforma e Contra Reforma religiosa na Europa. Nesta época, a igreja Católica buscava mais adeptos e o ensino elementar foi utilizado como instrumento de difusão da fé entre os senhores de engenho, colonos, negros e índios.

Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal, em 1759, a educação passa a ser gerida pelo Estado e são criadas as primeiras escolas régias. Nesse momento, a educação acaba afastando grande parcela da população dos bancos da escola, entre eles os brancos livres pobres, os indígenas, os negros livres, os escravos e os mestiços. Segundo Santos *et al* (2013) a Primeira Constituição do País de 1824 articulado pela elite dominante impedia fortemente a presença de negros na escolarização do Brasil, limitando o ensino somente aos brasileiros. No entanto, a maioria dos escravos era de origem africana o que os impedia de estudar. As instruções oferecidas aos escravos se limitavam ao trabalho pesado, a obediência, a violência física e simbólica. O acesso à leitura e escrita era considerado inútil e o ensino da língua portuguesa ocorria nesses espaços por imitação (PASSOS, 2012, p.2).

Santos *et al* (2013) citam que a Constituição de 1824 coibiu a população negra dos bancos da escola através do artigo 6 que classificava como brasileiros os que no Brasil tivessem nascido, fossem ingênuos ou libertos e o artigo 94 que impedia que todo segmento negro tivesse acesso aos direitos básicos como a participação da vida econômica, política, social e do sistema oficial de ensino. Em fevereiro de 1854, a Reforma de Couto Ferraz instituiu a obrigatoriedade da escola primária para as crianças de 7 anos. Entretanto, não seriam admitidas crianças com doenças contagiosas e nem escravas. Além disso, não havia previsão para a educação de adultos, pois aprender a ler poderia se constituir em uma estratégia de resistência à condição de escravos.

o acesso à leitura e escrita, poderia representar para a estabilidade da sociedade escravista; e, segundo, pela influência negativa que os escravos poderiam exercer nos estabelecimentos de ensino, já que, estes transformariam essas instituições em centros de proliferação de moléstias que poderiam "contaminar" o espaço social. Nessa leitura, o contato com os escravizados poderia, também, "contaminar" as crianças com uma cultura primitiva que remontava à África. O que estava em jogo com essas proibições era que os escravos poderiam influenciar com seu comportamento a convivência com os brancos e estes, por conseguinte, poderiam assimilá-los (PASSOS, 2012, p.4).

A educação dos negros no Brasil ocorreria somente com o Decreto nº 7031 de setembro de 1878, que permitia que os negros frequentassem o ensino somente no período noturno. No entanto, “os negros dependiam da boa vontade de seus senhores, e das condições físicas, depois de um dia ou até mesmo noites de árduo trabalho, o que também continuava a dificultar seu acesso às escolas” (SANTOS et al, 2013, p. 20859). Em teoria, a partir do decreto de 1878,

estavam abertos para matrícula de todas as pessoas do sexo masculino, livres os libertos, maiores de 14 anos, vacinados e saudáveis. Excluídas estavam, da possibilidade da “formação para cidadania”, às mulheres trabalhadoras e os escravos. Excluídos estavam da obtenção do “pão espiritual”, as crianças trabalhadoras que, por sua condição, não podiam frequentar as escolas públicas diurnas (COSTA, 2006).

Embora os negros tivessem o acesso à educação negado, publicações organizadas por Santos *et al* (2013) e Jaroskevicz (2022) demonstram que os negros construíram trajetórias de educação e de escolarização específicas, com protagonismos e intelectualidades próprias, através de irmandades, associações e organizações coletivas. A primeira escola exclusiva para pretos e pardos que se tem conhecimento funcionava na Rua da Alfândega, de 1853 a 1873, no Rio de Janeiro e era conduzida pelo professor Pretextato dos Passos e Silva. Tudo que se sabe sobre a escola que abrigou 20 alunos de famílias de origem humilde é uma incógnita. Mas além dela havia outras escolas que ajudaram os negros a se alfabetizar constituindo-se como instâncias educativas e informativas importantes no interior da ordem escravista. Podemos destacar a escola privada Perseverança que funcionou em Campinas entre 1860 a 1876 e foi fundada pelo professor Antônio Cesarino que atendia tanto meninas brancas da alta sociedade como alunas negras sem recursos.

Outro caso importante é a Escola de São Benedito que educava alunos afrodescendentes e pessoas sem recursos. Vale destacar também a figura de Felipe José Alberto Júnior, que abriu uma escola em sua própria residência e se envolveu intensamente com a luta abolicionista. Após vários mecanismos criados pelo Estado brasileiro que impediam o negro ao acesso escolar com a abolição da escravatura os

negros foram jogados a sua própria sorte. A precariedade de vida social dessa população levou a criação da Reforma de Benjamin Constant que através Decreto nacional nº 981/1890, estabeleceu a introdução da disciplina Moral e Cívica, numa “nítida tentativa de normatizar a conduta moral da sociedade após a libertação dos escravos, pois era impossível conviver com os negros em um mesmo local, por isso, era preciso estabelecer vamos dizer regras de boas convivências, ou regras sociais” (SANTOS et al, 2013, p. 866). Outras medidas punitivas, elitistas e proibitivas foram estabelecidas pelo decreto nº 982/1890 que incluíam,

não permissão aos alunos de ocuparem-se na escola da redação de periódicos, proibições essas que dificultava o negro a aquisição do conhecimento quanto à permissão de intervenção policial em casos de agressão ou violência e a expulsão dos culpados, em casos de negros permanecerem resistentes à escola e a nomeação direta pelo governo federal dos diretores das escolas públicas (SANTOS et al, 2013, p. 866).

Foi somente no Estado Republicado que surgiu a oportunidade de ascensão da população negra. Com a industrialização do final do século XIX e o surgimento do ensino popular e profissionalizante, pretos e pardos tiveram acesso ao ensino formando uma nova classe social. Pelo decreto de Nilo Peçanha, foram criadas as primeiras escolas profissionalizantes com objetivo de formar um mercado interno de mão-de-obra. Assim, o ensino profissional propiciou a escolarização dos negros e a implementação de escolas nos centros das grandes cidades.

Depois de uma longa história de exclusão ou inclusão precária da população negra na educação brasileira, a universalização da educação e da escola pública conquistada no final do século 20 e início do século 21 estendeu a todos o direito à instrução básica gratuita. Porém, os dados sobre a escolaridade de crianças negras, tais como: reprovação, evasão, desempenho dos estudantes e qualidade de ensino revelam a disparidade entre brancos e negros quanto ao acesso, permanência e conclusão dos percursos escolares.

De acordo com as pesquisas realizadas em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 71,7% dos jovens fora da escola são negros e apenas

27,3% são brancos. Os índices de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais continuam apresentando diferenças significativas. Enquanto o percentual de analfabetismo de pessoas brancas é de 3,6%, essa taxa aumenta para 8,9% entre as pessoas negras. É nesse cenário que Passos (2012) apresenta a projeção de igualdade educacional. Levando em consideração os dados apresentados os negros levariam de 40 a 67 anos para atingir a escolaridade média em relação aos brancos.

Os baixos índices de escolaridade e evasão escolar é um reflexo de uma situação comum entre os jovens negros que precisam buscar a inserção no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar. Além disso, Passos (2012) problematiza esse fato ao sugerir que as escolas construídas para atender a clientela negra, mestiça e pobre foram organizadas de forma precária ao longo da história. Situadas nas periferias urbanas, as escolas apresentam as piores condições, com estrutura pedagógica e material deficiente, jornada mais curta, alta rotatividade de professores, infraestrutura insatisfatória e profissionais sem formação desejada para a área de atuação. Tais elementos favorecem a evasão e o baixo desempenho na aprendizagem dos estudantes negros.

Outro fator importante que deve ser considerado quando se analisa as desigualdades entre brancos e negros na educação é a construção curricular e a seleção dos conteúdos escolares. A organização de conteúdos sob a perspectiva eurocêntrica e a falta de representação dos grupos minoritários levam ao consistente fracasso escolar de crianças e jovens pertencentes a grupos étnicos e raciais considerados minoritários, pois não conseguem se ver em nada do que estudam. A construção curricular, a seleção intencional de conteúdos, saberes e conhecimentos que privilegiam a identidade dominante têm efeitos sobre a aprendizagem.

Utilizando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) Soares e Alves (2003) analisam a desigualdade de desempenho escolar entre grupos discriminados por raça. O Saeb é realizado a cada dois anos e avalia os alunos ao final de cada ciclo no ensino fundamental (2º, 5º e 9º ano) e no ensino médio (3º ano) nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Neste estudo, os autores observaram que estudantes de famílias com maior nível socioeconômico tinham o maior grau de

proficiência nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e que dependendo da rede da escola (pública ou privada), da localização (rural ou urbana) e da raça dos alunos seus rendimentos eram inferiores aos grupos dominantes. Outro fator importante destacado pelos autores é o “efeito dos pares”, ou seja, a convivência com colegas igualmente defasados ou igualmente privilegiados ajuda na produção dos piores ou melhores resultados.

O país possui hoje um sistema de educação básica muito segmentado, com a maioria dos estudantes de nível socioeconômico mais alto frequentando escolas privadas. O maior privilégio desses alunos é frequentar escolas com colegas tão selecionados. A interação entre rede e nível socioeconômico médio da escola é significativa e mostra o especial privilégio dos poucos brasileiros que frequentam escolas privadas, onde o nível médio socioeconômico é alto. Esse é o chamado efeito dos pares. (SOARES; ALVES, 2003, p. 156).

O desempenho observado através dos dados do Saeb mostra que a diferença entre brancos e pardos é de 17,4 pontos e de quase 28 pontos entre brancos e negros. Os resultados indicam que o aumento tanto do nível socioeconômico como na localização da escola são fatores determinantes para o sucesso escolar. Professores mais capacitados e melhor remunerados, escolas mais equipadas e diretores envolvidos também produzem efeitos significativos no rendimento escolar.

Estudos recentes, tem sinalizado para o agravamento desses índices durante a pandemia onde os estudantes negros tanto do ensino fundamental, quanto do ensino médio foram os que mais sofreram com a interrupção das aulas presenciais. Um levantamento realizado pela Fundação Carlos Chagas (2020, p. 31), mostra que “entre os adolescentes de 15 à 17 anos de idade por exemplo, enquanto 14,2% dos meninos brancos não receberam atividades escolares em casa durante a interrupção das aulas presenciais, este índice é de 40,6% entre meninos negros”. Como resultado desse processo, mais de 70% dos estudantes de 15 a 17 anos pretos ou pardos evadiram da escola.

Assim, enquanto “as condições escolares positivas se potencializam quando se referem aos alunos brancos, produzindo uma espiral favorável que os impulsiona”

(SOARES, ALVES, 2003, p. 158) os alunos negros com perfil socioeconômico desfavorável que estudam em escolas públicas de péssima qualidade evadiram ou foram excluídos do acesso ao Ensino Superior contribuindo para a permanência da desigualdade social e econômica ao longo da vida. Um ciclo de desvantagens que acaba “bloqueando os principais canais de mobilidade social ascendente, de maneira a perpetuar graves desigualdades raciais e a concentração de negros e mulatos no extremo inferior da hierarquia social” (HASENBALG, 2005, p. 233).

Os dados acima indicam que a exclusão do negro do processo de escolarização vem sendo construída ao longo da história e é estruturante das desigualdades a que está submetida a população negra. A educação foi o principal mecanismo de controle dos espaços sociais e uma forma de assegurar a permanência dos negros em funções produtivas mais baixas ao passo que leitura e escrita se restringiu as elites. Na prática, o que se evidencia são tipos diferentes de educação para camadas sociais também diferentes: uma educação voltada aos filhos da elite e outra destinada à população pobre, oferecida pelas escolas menores e gratuitas” (PASSOS, 2012, p. 9). O nível mais baixo de instrução da população negra dificulta o acesso aos melhores cargos e os cuidados com a saúde, gerando uma série de desvantagens que se estenderá pelas gerações seguintes. A construção desigual de acesso à educação reverbera até hoje nos indicadores de analfabetismo, evasão e reprovação escolar.

2.3. Racismo, Propaganda e Educação Privada

O racismo é parte inerente ao tecido social brasileiro, ele atua em todas as instituições que são responsáveis não só pela reprodução de práticas discriminatórias, como pela manutenção dos padrões que visa resguardar. Silvio de Almeida (2020, p. 21) defende a tese que o racismo é sempre estrutural, pois as instituições têm sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente. Assim, por causa do racismo estrutural, a população negra não desfruta dos mesmos privilégios que os grupos dominantes e nem as mesmas condições de acesso a uma educação de

qualidade. Nesse sentido, a escola, bem como as ações publicitárias vinculadas a ela podem servir como meio de segregação.

O embranquecimento midiático tem sido estudado por acadêmicos como, Alves (2012), Almeida (2016), Araújo (2018). Esses autores têm apontado para a massificação das personagens de cor branca, frente a uma participação inexpressiva e estereotipada destinado a atores negros. Djamilia Ribeiro (2019) nos lembra que muitos atores negros são contratados para atuarem como “bandidos”, “bêbados” ou “motorista”, no caso dos homens, ou como “empregada doméstica” ou “gostosa”, no caso das mulheres. Segundo a autora personagens como do Mussum (o bêbado), Vera Verão (homossexual promíscuo) e Adelaide personagem da Zorra Total, são exemplos de humor que visa provar uma suposta superioridade do homem branco em relação ao homem negro. Esses estereótipos mostram o poder simbólico da mídia em agregar e segregar, atar e desatar, unir e afastar. Para Oliveira (2019, p. 2),

as imagens e os símbolos servem tanto para alimentar o imaginário das massas como podem prestar-se ao serviço de dominação das corporações de mídias, em concomitância com as forças prepotentes do capital, ou para legitimar discursos sociais e corporativos, fomentadores de ideologias e rumores malsãos, onde se irradiam os presságios do terror no qual ficam mergulhadas as sociedades amordaçadas pelas tramas simbólicas do autoritarismo e do poder controlador.

Segundo Acevedo, Nohara e Ramuski (2010), os discursos da mídia impactam a sociedade como um todo e não apenas o público-alvo da empresa para o qual as ferramentas ou os produtos de comunicação são elaborados. As mídias estariam por um lado influenciando a construção e a reafirmação das identidades individuais ao oferecer modelos a serem seguidos e por outro, estariam prejudicando a autoestima de grupos discriminados, afetando a compreensão que eles têm de si mesmo ou influenciando a imagem que outros grupos fazem deles.

Além disso, a imagem que os estabelecimentos escolhem para promoverem seus produtos apresentam os negros somente em publicidade de pouco valor econômico conforme aponta a pesquisa de Acevedo, Nohara e Ramuski (2010). Quando a população negra é representada em marcas importantes, elas tornam-se

alvo de ataques de ódio, basta lembrar a campanha de Dia dos Pais da marca O Boticário, quando em um só dia, o vídeo alcançou 16 mil “Não Gostei” para compreender a dimensão do problema. Isso significa que o protagonismo negro na publicidade brasileira ainda não é visto como padrão de normalidade pela sociedade e que a figura do negro segue ligada à herança de um passado que ainda opera no presente.

Para Alves (2012, p. 9), a publicidade é o mais eficiente vetor de discursos e mensagens simbólicas, pois não vendem apenas um produto, mas também um estilo de vida, visão de mundo, conceitos e valores. Segundo o autor, o consumidor de cigarros Marlboro fuma a masculinidade e o vigor do cowboy; o consumidor de Gatorade –mesmo aquele que não pratica esportes – bebe saúde e vitalidade. A publicidade estaria assim, convidando os indivíduos a se identificarem com o produto, as imagens e seus comportamentos.

A baixa representatividade da população negra acaba gerando um processo de silenciamento e apagamento das identidades marginalizadas. Para Fernandes, Silva e Lima (2020, p. 11) os negros não eram representados na publicidade por não serem considerados público consumidor. Visão partilhada por Araújo (2000, p.38) que entende que os empresários brasileiros, em sua grande maioria, não acreditam que o negro seja uma força econômica. Na lógica preto é igual a pobre, que é igual a consumo de subsistência.

Portanto, as estruturas econômicas conferem privilégios raciais a determinados grupos, criando mecanismos que perpetuam a desigualdade. A baixa representatividade da população negra decorre das marcas históricas da propaganda e do racismo da sociedade brasileira, mas também de um complexo mecanismo de subsunção do trabalho ao capital. Assim, a identidade negra é definida não só pelas ações publicitárias, mas também pela lógica do consumo que reproduzem ou reforçam os estereótipos sobre a etnia negra. Esse processo de invisibilidade manipula os negros a se colocar nos padrões estéticos dos brancos, fazendo acreditar que se tornariam mais belos se tivessem cabelos lisos ou pele mais clara.

A falta de referência positiva na mídia acaba prejudicando a infância das crianças negras, pois elas não se identificam como negras. Elas são negras porque as pessoas dizem que elas são negras ou porque sofrem pelo racismo. Quando as crianças não veem nenhum homem ou mulher negro representado em lugares de prestígio social, propagandas, escolas e televisão elas sabem que não fazem parte daquele lugar. Trata-se de uma demarcação que acaba naturalizando que certas pessoas ocupem certos lugares. Para as crianças a ausência de referência positiva e o preconceito tornam essa fase um enorme desafio.

Na educação as crianças moldam seus comportamentos por meio das experiências que elas vivenciam. A falta de representatividade, a escassez de elementos afro-brasileiros nas produções infantis ou a ausência de professores negros faz com que as crianças negras não se reconheçam nas histórias ou nos personagens que elas consomem. Assim, o uso de imagens e leituras protagonizadas por brancos vai sendo aos poucos incorporadas por elas na forma de se vestir ou de se pentear que acabam impactando na forma como o sujeito negro se relaciona consigo mesmo e com o outro. É sabido que nas escolas públicas, há uma sub-representação da figura negra, escassez de matérias que representam o negro em outro contexto a não ser o trabalho escravo e a representação dos negros através de estereótipos, porém pouco se sabe como esses materiais são produzidos ou vinculados nas escolas privadas que são responsáveis por atender boa parcela da população, principalmente na educação infantil.

De acordo com o Relatório da OCDE (2021), a participação no atendimento educacional do setor público é de 80,92% e a participação do setor privado é de 19,08%. Em relação a classe social, os alunos dos níveis socioeconômicos mais altos estão preponderantes na rede privada e os alunos mais vulneráveis em escolas públicas. Na pesquisa realizada por Evangelista et al (2021) dentro de cada região a participação do setor privado se mostra expressiva nas seguintes regiões: Sudeste (com 22,95% das matrículas na sua rede), Centro-Oeste (18,47% de sua rede), Sul (18,04%), Nordeste (17,93%) e Norte (9,35%).

Em relação ao atendimento educacional por etapa, as autoras notam uma expressiva participação do setor privado na Educação Infantil que é responsável pelo atendimento de 27,93% dos estudantes, um percentual maior que as etapas do ensino fundamental e ensino médio. Para as autoras, "apesar do percentual de participação do setor privado ser inferior em comparação com a rede pública, ele responde por praticamente um quinto do total da oferta, exercendo ainda forte influência no cenário da educação básica brasileira" (EVANGELISTA et al, 2021, p.313) como a participação na elaboração de políticas públicas.

Embora a rede privada ofereça um quinto do total de matrículas, pesquisas recentes do Censo Escolar de 2019 mostram que apenas um a cada dez alunos que estudam em escolas privadas são negros. A maioria dos jovens estão em escolas públicas de péssima qualidade e não possuem poder aquisitivo para o ingresso em outras etapas do ensino privado, constituindo-se assim, uma das principais barreiras de ingresso no ensino superior e carreiras que hoje são ocupadas majoritariamente por alunos brancos, como o caso da Medicina, Odontologia, Engenharia e Direito.

Dessa maneira, quando a população negra tem sua imagem, sorrateiramente, veiculada a estereótipos negativos e o discurso preconceituoso se torna naturalizado, e comumente ratificado pela mídia, torna-se perigoso para o próprio sujeito negro se relacionar com o mundo, uma vez que a representação que tem de si nos canais de comunicação, como a popularizada televisão, por exemplo, não o leva a sentir orgulho de sua própria condição, mas o faz negar sua especificidade para se adequar ao padrão branco ideal; padrão esse que, cruelmente, jamais poderá ser alcançado (VALE; SANTOS, 2019, p.11).

Estudos desenvolvidos por Artes e Ricoldi (2015) mostram que na faixa de idade de 18 a 24 anos apenas 6% dos jovens negros frequentam o ensino superior. A pesquisa aponta que a chegada dos pretos e pardos nas universidades é um fenômeno recente provavelmente associado aos programas de ação afirmativa desenvolvidos a partir dos anos 2000. Na associação entre raça e sexo, as mulheres brancas possuem o maior número de matrículas no ensino superior, seguida pelos homens brancos, mulheres negras e homens negros. Em relação às escolhas profissionais percebe-se que as mulheres e negros concentram-se em cursos de menor prestígio e sua grande maioria estuda em universidades particulares.

Os dados citados acima contribuem para evidenciar e colocar em discussão a ausência da figura do negro dentro do ambiente escolar e nas propagandas vinculados ao ensino privado. Ações que buscam a valorização e o reconhecimento de imagens positivas em ações publicitárias educacionais são fundamentais para criar mecanismos de resgate da autoestima das crianças negras possibilitando a plena integração delas na sociedade.

3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Como ferramenta teórico-metodológica operamos com o conceito de pedagogia cultural, desenvolvida na perspectiva dos Estudos Culturais, com o objetivo de examinar as diferentes estratégias criadas pelas ações publicitárias de escolas privadas para transformar a experiência de si e construir a representação de crianças negras na educação infantil. O conceito de pedagogia cultural está atrelado a ideia de “que a educação ocorre numa variedade de locais sociais, incluindo a escola, mas não se limitando a ela. Locais pedagógicos são aqueles onde o poder se organiza e se exercita, tais como as bibliotecas, TV, filmes, jornais, revistas, brinquedos, anúncios” (CAMOZZATO, 2014, p. 580).

O nosso cotidiano está envolto por pedagogias culturais, daí a escolha pelas ações publicitárias como um instrumento de análise, pois uma imagem não apenas ilustra, elas capturam forças que não são visíveis e lançam-nos para além daquilo que ela suscita. Esse algo a mais produzido pelas imagens está nas relações de poder, no racismo, no preconceito e na desigualdade social. Para Mossi e Oliveira (2018, p.9) as imagens sempre produzem ressonâncias em quem as visualiza e faz uso delas. Não por acaso, as imagens “precipitam seu objeto – que nunca se mantém o mesmo –, gera perguntas, convoca leitores e deflagra pensamento.

Porque a imagem é outra coisa que um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis. É uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles – que não pode, como arte da memória, não pode aglutinar. É cinza mesclada de vários braseiros, mais ou menos ardentes (DIDI-HUBERMAN, 2012, p.11).

A pedagogia cultural é qualquer instituição ou dispositivo cultural conectado às relações de saber e de poder que transmitem atitudes e valores que acabam educando ou regulando condutas. Neste trabalho, buscamos mostrar como outros espaços, para além da escola, também são pedagógicos e produzem ações sobre os sujeitos. A pedagogia cultural considera que espaços como a mídia não são neutros, mas que atuam transformando cada um de nós naquilo que somos. Trata-se, portanto,

de um processo de construção que atua “produzindo formas de experiência de si nas quais os indivíduos podem se tornar sujeitos de um modo particular” (COSTA; ANDRADE, 2015. p. 3).

Esses diferentes espaços expressam formas de representação produzidas através de interesses específicos. Conforme destaca Costa e Andrade (2015), a representação se estabelece discursivamente de acordo com critérios de validade e legitimidade estabelecidos segundo a relação de poder. Assim, os artefatos midiáticos ao estarem em conexão com os interesses das culturas dominantes estariam modelando opiniões políticas, comportamentos sociais e reforçando estereótipos de gênero e raça. De fato, a pedagogia existe onde há vontade de governar.

Por isso, entende-se que a representação é um conjunto de símbolos, imagens ou linguagens que vinculam um certo modo de ser, de se vestir e de posicionar determinados grupos. Por exemplo, existe um conjunto de imagens, discursos, símbolos que posicionam os corpos infantis, gays, lésbicas e negros. Essas representações acabam constituindo a identidade desses sujeitos. Como ressalta Camozzato e Costa (2013) a pedagogia investe sobre nós para que governemos a nós próprios e aos demais. Ou seja, quando uma ação publicitária é produzida existe uma intencionalidade que é conduzir os sujeitos, governá-los e determinar o lugar do negro.

Parece ser possível afirmar, assim, que a pedagogia extravasa a si mesma e se sobrepõe em um tempo onde a vontade incessante de governar predomina e, em consequência, refina suas artes e tecnologias. Se, nesse contexto, a pedagogia se transforma e reinventa para dizer as verdades desse tempo, também os espaços onde ela atua se multiplicam e pluralizam (CAMOZZATO e COSTA, 2013, p. 3).

Os processos educativos atravessam os corpos e direcionam os sujeitos a um determinado modo de vida. A educação atua assim como tecnologia de produção de sujeitos voltados à lógica do consumo e por consequência aos grupos dominantes. Para atuarmos sobre nós mesmos e nos produzirmos, entra em cena o complexo mercantil midiático que são um conjunto de variados artefatos culturais que direcionam as crianças, os jovens ou adultos ao consumo. Trata-se de brinquedos, filmes, revistas em quadrinhos, propagandas, histories, vídeos do youtube. Como se fosse uma teia, o complexo atua capturando diferentes grupos aos seus produtos. Neste processo que é interno, os sujeitos vão sendo moldados, guiados e produzidos

para um determinado tipo de sociedade. Essa pedagogia opera sobre nós mesmos, posicionando ensinamentos e interesses para uma determinada cultura. Neste caso, as expectativas consideradas desejáveis estão estreitamente ligadas aos grupos dominantes, levando ao consistente fracasso crianças e jovens pertencentes a grupos étnicos considerados minoritários. É isso que pretendemos analisar, as diferentes formas que as imagens e ações publicitárias de escolas privadas posicionam as crianças negras e determinam o seu lugar na sociedade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. A Representação de Crianças Negras nas Escolas de Educação Infantil

As identidades sociais são construídas no interior das representações, através da cultura, sendo resultado de práticas discursivas, convenções sociais, imagens e articulações com a linguagem. Os meios de comunicação, sobretudo as ações publicitárias, são agentes produtores de sentidos capazes de reproduzir a realidade existente ou construir novos significados, remodelando nossas próprias identidades e as identidades dos outros. Para Lazarini (2004) a mídia se caracteriza como um terreno de lutas pelo poder, no qual as representações são determinadas pelos interesses de quem as constroem.

Nesse sentido, os aparatos da mídia ocupam um papel importante na discussão sobre a representação das crianças negras em postagens de escolas privadas, uma vez que a identidade e a diferença são permanentemente construídas no contexto das relações culturais e sociais. Ao analisar as representações dos corpos negros em ações publicitárias, podemos avaliar em que medida estes espaços estão sendo estereotipados, além de observar se estão representados como parte integrante da escola ou apenas como algo simbolicamente à margem desta.

Esse estudo será desenvolvido na cidade Bento Gonçalves região da serra gaúcha. Intitulada como capital Nacional do Vinho, Bento Gonçalves é uma cidade turística, de imigração italiana. Com uma característica sociocultural vinculada à cultura dos colonizadores, a cidade desenvolveu um ideário desenvolvimentista para a região. Assim, o desenvolvimento das esferas políticas, econômicas e sociais sofreram forte influência do tipo de colonização. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010) a cidade possui um IDHM entre 0,7 e 0,79 num limite máximo de 1. A maior parte da população vive no meio urbano formada dentro de um quadro rígido de valores discriminatórios, conservadores e de uma elite econômica que se instalou na cidade. Isso faz com que a população negra, mesmo possuindo poder aquisitivo,

entenda que espaços privados não são lugares para eles, tornando evidente que a falta de representatividade não está ligada somente aos aspectos econômicos.

Para compreender como as crianças são representadas em cartazes e sites de escolas privadas, primeiro foi realizado um levantamento das escolas de educação infantil existentes no município de Bento Gonçalves, junto à Secretaria Municipal de Educação (SMED). Do total de escolas de educação infantil existentes no município, 22 delas são escolas públicas e 42 são escolas particulares. Para a realização deste estudo, consideramos cinco escolas pertencentes à maior rede de escolas particulares da região. A escolha das escolas deu-se em razão da quantidade de alunos, localização, relevância comunitária e alcance publicitário. Ou seja, as escolas particulares selecionadas utilizam ou possuem setor de marketing e por isso, apresentam um alcance maior em propagandas de jornais, rádios, TV e outdoors que escolas de menor porte.

As escolas analisadas foram o Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio Marista Aparecida, Colégio Nossa Senhora Medianeira, Colégio Impulso e Colégio Cenecista. Definido o *corpus* de análise, realizamos um levantamento prévio das propagandas nos sites e redes sociais do período de março a agosto de 2022, a fim de analisar as imagens, sujeitos, discursos e estratégias que eram suscitadas. Esse mapeamento gerou 27 imagens. Vale destacar que foram analisadas somente ações publicitárias e não fotos de turmas ou de atividades realizadas pelas escolas.

Tabela 1: Levantamento de imagens de crianças negras na educação infantil

	Total de Imagens	Número de Imagens de Crianças Negras
Colégio Sagrado Coração de Jesus	5	-
Colégio Marista Aparecida	6	2
Colégio Nossa Senhora Medianeira	8	1
Colégio Impulso	4	-
Colégio Cenecista	4	-

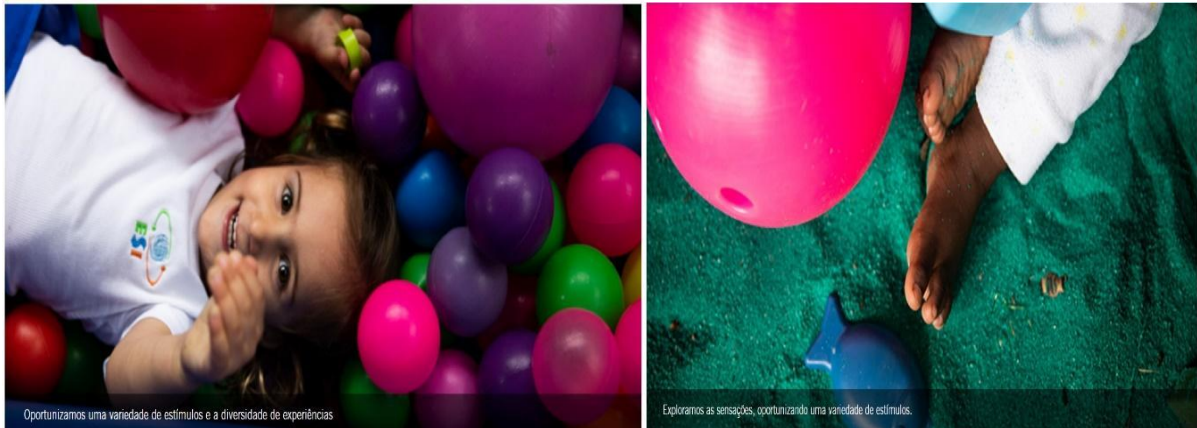
Fonte: elaborado pelo autor

Com base nos dados coletados, percebe-se que as crianças negras são minoria dentre os sujeitos representados nas postagens de escolas privadas confirmando a hipótese levantada no início deste trabalho. Das imagens que representam crianças negras na educação infantil, duas delas são retratadas de corpo inteiro e a outra é apresentada somente parte do corpo. Apesar do número reduzido de crianças negras em ações publicitárias na educação infantil, quando se olha para a representatividade negra em outros níveis escolares percebe-se que esse número aumenta. Assim, as escolas Impulso e Sagrado Coração de Jesus que não apresentavam representatividade negra na educação infantil passam a apresentar no ensino fundamental e no ensino médio.

Conforme a imagem abaixo, as crianças negras são sub representadas na publicidade, pois trata-se da mesma imagem, porém os modos de representação dos corpos infantis não são equitativos. Enquanto na primeira imagem o rosto da criança branca aparece em destaque, na segunda imagem a representação da criança negra se limita a partes do corpo dela. A naturalização da presença branca nesses espaços “integra um projeto coletivo de silenciamento e apagamento de pessoas negras nos discursos midiáticos e nas consequências que isso gera no reconhecimento e afirmação de suas identidades” (FERNANDES; SILVA; LIMA; 2020, p.9).

Tudo se passa como se as crianças negras não tivessem história, beleza, sucesso e poder. Como consequência há uma ausência figurativa de personagens negras frente a representação de personagens brancos. A massificação de personagens brancos torna-se uma poderosa força de persuasão que modela o padrão, as atitudes e comportamentos da sociedade. Mais do que isso, conforme Alves (2012, p. 7) a mídia acaba modelando as opiniões políticas e os comportamentos sociais, legitimando as relações de poder vigente e influenciando a maneira como as pessoas constroem suas identidades. Como resultado, crianças negras não conseguem se identificar com as imagens que a publicidade vende.

Figura. 1: Explorando as sensações, oportunizando uma variedade de estímulo



Fonte: <https://medianeira.g12.br/>

Como podemos observar na Figura 1, a forma como a criança foi representada define o lugar do negro na sociedade. A sub representação dos corpos negros dificulta que ele possa vir a ocupar posições que antes são ocupadas pela população branca. Dessa forma, a invisibilização do negro nos meios de comunicação acabam naturalizando o racismo. Segundo Santos et al (2015), as crianças são o principal alvo das ações publicitárias, pois passam uma imagem de verdadeiras e inocentes, o que acrescenta às ações publicitárias uma grande dose de credibilidade. Assim, o corpo infantil atinge seu público de forma inconsciente onde o racismo velado torna-se difícil de ser combatido.

Outra questão importante que a imagem suscita é o padrão de beleza destacado interligada à imagem do corpo de pele clara, traços físicos delicados e cabelos lisos que merece ser representado. No outro extremo, a estética negra seria a feiura que “mesmo com o passar dos anos, e apesar das constantes lutas por mudança, ainda é perceptível a imagem do negro sendo atrelada ao oposto da beleza, pureza e sucesso” (SILVA; NERY, 2021, p.5). Nessa visão, as ações publicitárias selecionadas tendem a retratar justamente o modelo de beleza desejável demonstrando que o negro está fora desse lugar de pertença.

A presença de pessoas negras pode ser considerada insignificante quando comparada à participação de pessoas brancas em ações publicitárias de escolas privadas. O que chama atenção ao observar a imagem é como a raça se constitui como um fator relevante e ao mesmo tempo excludente. A segunda peça publicitária que escolhi para compor esse trabalho traz em primeiro plano, a figura de uma professora

(Figura 2.) rodeada de crianças, ambas brancas. Assim, a primeira constatação sobre a imagem relaciona-se diretamente à invisibilidade negra e a autoimagem de embranquecimento das escolas de educação infantil.

Figura. 2: Modelo de aluno e professores



Fonte: https://matriculas.redemarista.org.br/maristaaparecida?keyword=%2Baparecida%20%2Bbento%20%2Bgon%C3%A7alves&gclid=Cj0KCQjwI92XBhC7ARIsAHLI9amrlzEeKYsGvLeI3ONH914aGxE3OOCZWhLXRw0_VDtFDbDYBSLgxcaAkXEEALw_wcB

Pela sua composição, pode-se inferir que o modelo de escola, alunos e professores é eurocêntrico. A imagem parece reforçar a separação do espaço físico ocupado entre brancos e negros onde o lugar natural do grupo branco são escolas privadas amplas, espaçosas situadas nos mais belos recantos das cidades. Já o lugar natural do negro é o oposto evidentemente em escolas públicas precárias e situadas nas periferias das grandes cidades. Assim, parece haver uma articulação entre racismo e condição econômica que limitam a comunidade negra ao acesso às melhores escolas e à educação de qualidade.

Vale ainda indagar sobre outro aspecto, que é a invisibilidade de professoras negras em espaços considerados de prestígio social. Deste modo, entende-se que o número reduzido de professoras negras decorre tanto da dificuldade de acesso à formação superior como um conjunto de obstáculos que impossibilita o aumento do número de professoras negras. Pode-se encontrar aqui a antiga crença racista segundo a qual as pessoas de descendência africana não possuem capacidade de melhorar por si mesmas. Além disso, a mulher negra ainda sofre com a "ideia historicamente

construída, de que suas qualidades e capacidades intelectuais e laborais não superam as imagens da “mulata sensual” e/ou da criada, responsável apenas pelos trabalhos domésticos” (PAES; DARSIE, 2022, p. 197).

A ausência de professores negros se constitui como um problema relacionado à falta de modelos especialmente para crianças e jovens negras. Isso faz com que as crianças não se reconheçam nas propagandas que consomem, refletindo em como elas se enxergam e nas perspectivas criadas sobre si. Neste caso, percebe-se que as ações publicitárias buscam vender seus produtos ao maior número de pessoas e não em mudar o estereótipo. Para Gonzalez e Hasenbalg (1982) quando o negro brasileiro é exposto às imagens de um mundo branco dominante, ele ficará confinado às alternativas de uma autoimagem negativa ou na adoção de um ideal de ego branco nos seus intentos de ascensão social.

A publicidade não é alheia à dinâmica simbólica que rege as relações raciais no Brasil. Por ação e omissão, ela é instrumento eficaz de perpetuação de uma estética branca carregada de implicações racistas. Nela o negro aparece subrepresentado e diminuído como consumidor e como segmento da população do país, reforçando assim a tendência a fazer dele um ser invisível, “retirado de cena” (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 113).

Infelizmente, os meios de comunicação insistem em apresentar a população negra em posição de subalternidade, alimentando o imaginário social que é apenas esse o lugar que os negros devem ocupar. Nos espaços considerados de elite, como as escolas particulares, os negros são vistos como verdadeiros intrusos. Ao manter a segregação dos espaços escolares, a educação acaba servindo ao sistema capitalista, pois enquanto a escola pública fornece para o mercado trabalhadores que exercem funções de menor prestígio social e mal remunerados, as escolas particulares possibilitam que seus alunos níveis superiores de escolaridade e como consequência os melhores empregos. Estabelece-se assim, um círculo vicioso que estigmatiza uns e gera vantagens para outros.

4.2. Propaganda e Consumo

O reduzido número de crianças negras em ações publicitárias de escolas privadas, mostram que o mercado publicitário não considera a população negra como consumidor potencial. Poucos produtos têm sido destinados a essa parcela da população que seguem quase que invisíveis como consumidores, sendo submetidos à lógica branca de mercado. Apesar do aumento da renda da população negra, as condições de acesso ao mundo do trabalho são ainda limitadas, podendo esperar uma menor capacidade de consumo².

Pesquisas desenvolvidas por Rocha e Casotti (2017) mostram que na categoria dos mais pobres, negros e pardos correspondem a 76% enquanto que os ricos estão representados por 14%. Como consequência dos baixos rendimentos a proporção de crianças entre quatro e cinco anos que frequentam estabelecimento de ensino corresponde à 79,4% para negros e pardos contra 83,9% de brancos. Dessa forma, grande parte do mercado educacional associa o negro ao consumidor de substância e não ao consumo de material cultural como, por exemplo, recreação, jogos, teatro, dança e ginástica. Assim, quando a escola vincula oficinas de cozinha, ballet, Muay Thai com a imagem de crianças brancas, a escola nega inteiramente o status de consumidor cultural às crianças negras, conforme exemplo abaixo:

Fig. 3: Ofertas de produtos educacionais em escolas privadas



Fonte: <https://medianeira.g12.br/>

² Neste caso entendemos que cidadania não é o mesmo que consumo ou direito do consumidor. Pelas análises há evidência que até mesmo o direito de consumidor parece ser negado a esses sujeitos. Portanto, entende-se que o direito de ser cidadão é maior que o direito de consumir.

Como uma tecnologia de poder a publicidade acaba prescrevendo condutas e ditando tendências. Nesse caso, as ações publicitárias como aquela apresentada acima, atuam para criar territórios comunicacionais persuasivos que convocam pais e crianças ao consumo. Ou seja, quanto mais técnicas são utilizadas para promover o lucro, mais clientes são capturados e escolhem aquela escola e não outra para matricular seus filhos. Tais artefatos acabam reforçando ou contestando a lógica branca de mercado que limita a experiência da população negra como consumidora. Sob a ótica de Camozzato e Costa (2013, p. 16) as ações publicitárias geram nos pais o sentimento de que “os investimentos sociais e familiares em torno das crianças, pensando-as como capital humano a ser qualificado para a inserção e boa valorização dentro das lógicas do capitalismo contemporâneo, é algo inspirado na ideia de políticas da vida”.

Os pais, nesse caso, atendem ao chamado da sociedade como um todo para investir na vida de seus filhos, maximizando as possibilidades de torná-los rentáveis e produtivos no futuro. Contudo, devemos considerar que é a sociedade como um todo que incita para que cada pessoa seja vista como um projeto e, do mesmo modo, invista sobre si mesma como um projeto a ser minuciosamente esboçado e aperfeiçoado. Quando as pessoas correspondem a essa convocação, temos a educação e as pedagogias funcionando bem (CAMOZZATO; COSTA, 2013, p.17).

Para Almeida (2016), a publicidade utiliza estratégias tais como a segmentação para facilitar o processo de comunicação com seus consumidores e aprofundar ao máximo as informações daquele segmento. Trata-se de um processo de divisão do mercado em grupos de consumidores com necessidades e características semelhantes. Dessa maneira, ao representar crianças brancas como consumidoras de produtos culturais, a publicidade atrai consumidores com características semelhantes às aquelas desenvolvidas pelas ações publicitárias, criando uma identificação entre o produto e o consumidor. Nesse sentido, as pessoas passam a consumir um bem ou serviço por se sentirem integradas ao grupo que está sendo representado na propaganda.

Sabendo que o gosto pessoal de um indivíduo sofre influências socioculturais diretas do meio em que vive, entende-se que a propensão à compra está,

intimamente, ligada às questões afetivas e de afinidade, bem como o gosto às circunstâncias da vida do agente social. Nessa perspectiva, infere-se que o consumo pessoal possui interferência direta do pensamento social, fazendo-se até mesmo de forma imperceptível, por ser algo interiorizado pelo ser ao longo do tempo (SILVA; NERY, 2021, p. 6).

Sendo assim, muitas crianças acabam construindo seu senso de classe, raça e etnia influenciados pelos meios de comunicação que mais do que ensinar valores e modos de ser produzem padrões desejáveis de sujeitos. Isso faz com que as imagens além de conduzir a determinadas formas de pensar, seja também pedagógica. A representação da população negra em diferentes meios educacionais é um indicativo de que o mercado é regido pela lógica branca e serve para demarcar o lugar do branco nas melhores escolas ou em trabalhos que utilizam sua inteligência, raciocínio e agilidade.

4.3. Ações Publicitárias como Tecnologia de Produção de Sujeitos

Na perspectiva dos estudos foucaultianos, a experiência de si é o conjunto de procedimentos pelos quais os sujeitos são induzidos a observar-se a si mesmos, analisar-se, decifrar-se, reconhecer-se como um domínio de saber. A experiência de si “permitem que os indivíduos efetuem, por conta própria ou com a ajuda de outros, certos números de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos” (Larrosa, 2002, p.57). Como um dispositivo pedagógico, as ações publicitárias tornam-se um lugar no qual se aprende ou se modifica as relações que os sujeitos estabelecem consigo mesmo.

Os aparatos de mídia atuam de forma direta ou sutis para controlar os corpos dentro do aparelho produtivo e manter a ordem social. Na educação, ao determinar o lugar do negro longe das escolas privadas tornam esses corpos dóceis e úteis para a sociedade capitalista. Assim, quanto mais sutis são as estratégias de controle, menores são as possibilidades dos sujeitos se revoltarem contra a ordem posta. Esse controle

tem por finalidade adaptar os indivíduos à norma e toda norma determina as atitudes, as formas e a maneira de pensar e agir.

Neste sentido, quando a escola nega a negritude das crianças seja através de imagens ou em suas práticas pedagógicas, ela está criando um imaginário negativo sobre elas. A violência gerada por esse processo, “cria sentimentos como o medo, a rejeição e a baixa autoestima dos sujeitos negros” (MISKOLCI, 2005, p. 685) em que a criança tende a negar sua identidade. Quando a criança convive em um ambiente que não representa pessoas negras ou apresenta uma realidade de desigualdade e discriminação, elas vão desenvolvendo uma imagem distorcida dos papéis e lugares segundo a cor da pele.

Para Larrosa (2002) nosso olhar é muito menos livre do que pensamos. O que determina o olhar tem uma origem e depende de certas condições históricas. A visão negativa da população negra está relacionada à história da formação do país. Desde a escravidão os negros foram vistos como perigosos, menos desenvolvidos do ponto de vista intelectual, cultural, moral e físico e até hoje essa ideia se mantém no meio social. Há uma desvalorização do negro, enquanto o branco é atribuído beleza, inteligência e progresso. As experiências que as crianças negras têm de si dentro das escolas acaba moldando sua conduta e também a conduta daqueles que estão ao seu lado, criando a ideia de que é natural não as ter representadas em peças publicitárias gerando prejuízos psicológicos, sociais e afetivos ao longo da vida dessas pessoas.

A rejeição, a discriminação e a invisibilidade nos ambientes sociais, principalmente, nas escolas gera nos corpos consequência profundas na saúde mental, física e na autoestima desses indivíduos. Por não se verem representadas, as crianças negras ficam insatisfeitas com seus traços físicos e consigo mesmas, pois passam a acreditar que somente as características brancas são belas e importantes. Esse sentimento causa vergonha nas vítimas e faz crer que exista algo de errado nelas. Para Eurico (2020, p. 6) “é muito mais difícil identificar e punir os crimes raciais na infância, porque historicamente a fala, o sentimento e as dores da criança são desconsiderados”.

A experiência de si vivenciados no meio educacional faz com que as crianças negras desenvolvam sentimentos de auto rejeição, desvalorização de si mesmos e da sua cultura. O racismo torna-se responsável pelo isolamento e dificuldade de relacionamento social dos grupos discriminados. Segundo Campos *et al* (2019, p. 7) “julgamentos levam o indivíduo a acreditar no que está ouvindo, isso se instala no seu íntimo [...] traumas são criados, levando a crises de identidade e ansiedade, por estar vivenciando situações humilhantes”.

Embora seja ainda de forma tímida, observa-se a inserção do negro nas ações publicitárias de escolas particulares. Das 27 imagens analisadas, somente duas trazem como protagonistas crianças negras na educação infantil conforme representado nas imagens abaixo.

Fig.4: Protagonismo negro em ações publicitárias



Fonte: <https://colegios.redemarista.org.br/aparecida>

Entretanto, isso não quer dizer que de fato as crianças negras estão frequentando escolas particulares. A representação de crianças negras em ações publicitárias pode estar apenas atendendo a lei 12.288 de 20 de julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial e a obrigatoriedade da presença mínima de 25% de afrodescendentes nos programas de televisão e 40% em peças publicitárias apresentadas em televisão ou em cinema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os adultos nunca entendem nada por conta própria e é cansativo para as crianças ficar explicando o tempo todo (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p.8).

A mídia é um espaço de luta pelo poder capaz de definir tanto a identidade individual como a identidade coletiva. Conforme discutido no capítulo anterior as crianças negras ainda são minoria nas ações publicitárias de escolas particulares. A falta de representatividade nos meios de comunicação tanto de crianças como de professores negros nem sempre deixa marcas visíveis na pele, mas incide sobretudo no seu psicológico. O padrão de beleza, o modelo de escola, aluno e professores enaltece a superioridade dos grupos dominantes. Dessa forma, o racismo que atinge as escolas contribui para que nossas crianças desenvolvam uma visão distorcida sobre sua identidade racial.

A população negra além de não ser considerada como padrão de beleza, também segue quase que invisível como consumidor. Nas ações publicitárias, o negro não está associado ao consumo de material cultural, por isso ele é pouco representado. Ao representar somente crianças brancas em atividades consideradas de elite, a escola atrai para seus bancos escolares grupos de consumidores com necessidades e características semelhantes, reproduzindo e reforçando o apagamento social das crianças negras.

Dessa forma, o apagamento das crianças negras nos espaços escolares cria uma imagem negativa sobre elas. A baixa representatividade gera consequências profundas na saúde mental, física e na autoestima dos indivíduos. Ao se verem representados como inferiores, as crianças tendem a interiorizar o racismo, negando sua negritude e assumindo a cultura hegemônica como forma de se sentirem incluídos na sociedade. Para mudar essa realidade, é preciso enriquecer o currículo e as práticas escolares com diferentes visões de forma a transformar as relações sociais em relações mais empáticas. Só assim, poderemos fomentar o respeito à diferença e promover uma sociedade mais democrática, plural e inclusiva.

Este estudo fornece subsídios para a reflexão sobre o papel das campanhas publicitárias na manutenção das desigualdades étnicas, evidenciando a necessidade de representatividade da população negra em sua diversidade nas escolas privadas. Aponta-se como limitações deste estudo a restrição de análise entre os meses de março e agosto de 2022 e para o nível da educação infantil. Sugere-se, portanto, a realização de novos estudos que englobam outros níveis de ensino e um espaço temporal maior que o pesquisado. A contribuição deste estudo para a área da educação está na visibilidade lançada às questões étnico-raciais e sua interface com a publicidade e a educação privada onde a figura negra é sub-representada.

Incluir crianças negras em todos os espaços escolares pode ser positivo para a sociedade, pois passa a valorizar as diferenças, eliminando o preconceito e a discriminações advindas desde a infância. Para tanto é necessário propostas pedagógicas e metodológicas bem articuladas com a vida cotidiana. Como espaço de sociabilidade a escola deve educar para que todos/as se deem conta das diferenças e desigualdades postas, tanto no cotidiano escolar, quanto na vida social. Que a “injustiça, a estupidez, a ignorância e o ódio que deterioram esse país não tirem de cada um de nós o direito de sonhar por dias melhores” (TOLENTINO, 2018, p. 115).

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, C.R; NOHARA, J; RAMUSKI, C. L. Relações Raciais na Mídia: um estudo no contexto brasileiro. **Psicologia Política**. vol. 10.19. pp. 57-73. jan. – jun. 2010.
- ALCAFOR,L.R; BASSO,J.G. Infância, Identidade Étnica e Conhecimento de Matriz Africana na Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88363, 2019.
- ALVES, A.P. A Representação Do Negro Na Publicidade: Algumas Considerações. Assis: FEMA, 2012. 18f. **Trabalho de Iniciação Científica**, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, 2012.
- ALMEIDA, I. A Construção da imagem do Negro na publicidade: marcas da senzala na contemporaneidade. **RevLet** – Revista Virtual de Letras, v. 08, nº 02, ago/dez, 2016.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ARTES, A; RICOLDI, A.M. Acesso de Negros no Ensino Superior: O que mudou entre 2000 e 2010. **Caderno de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 858-881, out/dez. 2015.
- ARAUJO, Débora Cristina de. As relações étnico-raciais na Literatura Infantil e Juvenil, **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 61-76, maio/jun. 2018.
- CAMPOS, et al. Causa e implicações do preconceito racial na sociedade brasileira. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro** – Unipac, Fevereiro de 2019.
- CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, discriminação e preconceito na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CAMOZZATO, V. Pedagogias do Presente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 573-593, abr./jun. 2014.
- CAMOZZATO, V; COSTA, M.V. Vontade de pedagogia – pluralização das pedagogias e condução de sujeitos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, 22 - 44, janeiro/abril, 2013.
- COSTA,M.V; ANDRADE,P.D. Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 843 - 862, maio/ago. 2015.
- DIDI - HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tocam o real**: Belo Horizonte, 2(4), 204, 2012 - Disponível em:
<https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/60>. Acessado 19 de junho de 2022.

EURICO, M.C. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro- 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 69 - 83

EVANGELISTA *et al.* O setor privado na educação básica brasileira: espaços e mecanismos de participação. **Revista Humanidades e Inovações**, v.8, n.64, 2021.

FERNANDES, P.M; SILVA, L.L; LIMA, P.P. Racializando a Publicidade: Representatividade negra no segmento de bebidas. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020.**

FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault:** arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª Ed, São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N.L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. Açãoeducativa.org.br, 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acessado em 12 de junho de 2022.

GONZALES, L; HASENBALG, C. **Lugar de Negro.** *Marco Zero*, Rio de Janeiro, 1982.

JAROSKEVICZ, E. M.I. **Relações Étnico-Raciais, História, Cultura Africana e Afro-brasileira na educação pública:** da legalidade à realidade. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_elvira_maria_isabel_jaroskevicz.pdf. Acessado em 15 de junho de 2022.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed. 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LAROSSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: Silva, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação.** Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.

LAZARINI, L.S. Identidades e representações das periferias no cinema brasileiro atual: notas para uma reflexão a partir dos Estudos Culturais. **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, 2004.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação:** Abordagem Qualitativa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

MISKOLCI, R. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. **Afirmando Diferenças**. Campinas: Papirus, 2005, p. 13-25.

MOSSI, Cristian. Poletti; OLIVEIRA, Marilda. Oliveira de. Variações em torno das pesquisas em educação e arte com imagens. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, v.36, n.72, p.115-131, 2018.

MUNANGA, K. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**-PENESB-RJ, Rio de Janeiro, 2003.

NUNES, M.D.F. Educação antirracista para crianças pequenas: Ideias para começar um novo mundo. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 58-76, jan./jan., 2021.

OLIVEIRA, F.J.R. Mídia, imagem e poder na sociedade em rede reflexões sobre o poder e a regulação simbólica na era das redes de mídias. **Anais do 5º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede**, 2019.

PAES, S.E; DARSIE, C. A Invisibilidade das Professoras Negras nas Instituições de Educação Básica de Santa Cruz Do Sul – RS e a Questão dos Territórios e Territorialidades. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 44, v. 2, p. 180-201, mai.-ago. 2022.

PASSOS, J.C. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de jovens e adultos. **EJA EM DEBATE**, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. 2012.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo, 2019.

ROCHA, A. R. C; CASOTTI, L.M. Reflexão sobre o consumo negro brasileiro. **RPCA**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr./jun. 2017.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O pequeno príncipe**: tradução Guilherme Miranda.- São Paulo: PandorgA, 2015. 144p.

SANTOS *et al.* A história da educação de negros no Brasil e o pensamento educacional de professores negros no século XIX. II **Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação**, Curitiba, 2013.

SANTOS *et al.* A REPRESENTAÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS NOS COMERCIAIS DA "OI": reflexos de um racismo velado. **Rev. Cambiassu**, São Luís, v.15, n.17, julho/dezembro 2015.

SILVA, C.F.J. As representações sociais da criança negra na educação infantil: mecanismos de discriminação. **REDIB**, Mato Grosso, v. 6, n. 4, 2015.

SILVA, L.L. B; NERY, M.S.S. O Negro na Mídia para Consumo de Beleza: Uma Análise Sobre a Cultura Comunicacional Presente nas Capas Da Revista Avon Em Campanhas Brasileiras De 2011 A 2021. XVII Enecult- **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, 2021.

SOARES, J.F; ALVES, M.T.G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 147-165, jan./jun. 2003.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SCHWERTNER, S. F. Juventude, Cinema E Educação: Aparentamentos De Uma Pesquisa. # **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.1, n.1, 2012.

TOLENTINO, L. **Outra educação é possível:** feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

VALE, R.A.L; SANTOS, G.G. Racismo na educação escolar: discursos que ferem. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 54, p. 1-23, e-18289, out./dez. 2019.